

Japão vai avalizar bônus dos devedores

Berlim Ocidental — Depois de três meses de suspense, o governo japonês finalmente anunciou ontem à tarde o seu plano de ajuda econômica aos países em desenvolvimento de renda média — casos do Brasil, Argentina e México, entre outros. Ele contém duas iniciativas: de um lado, o Japão está disposto a conceder empréstimos para financiar planos que promovam o crescimento, e, de outro, está criando — de comum acordo com o Fundo Monetário Internacional — um sistema para avalizar títulos (bônus) a serem emitidos pelos devedores e colocados no mercado financeiro.

Para se beneficiar desses mecanismos, os interessados terão de fazer — obrigatoriamente — um programa de ajuste econômico estrutural sob a supervisão do FMI. “Esse é um pré-requisito básico”, advertiu o presidente do Banco Central japonês, Satoshi Sumita, ao revelar a proposta num discurso feito a todos os 151 países-membros do Fundo. Ela provocou reações imediatas de satisfação. Mas, ao mesmo tempo, descartou algumas dúvidas entre os seus eventuais beneficiários.

Aplausos

O fato de estar sendo criada uma nova fonte de empréstimos obviamente recebeu aplausos generalizados — ainda que os japoneses não tenham esclarecido que volume de dinheiro reservariam para empréstimos ao Terceiro Mundo. Eles só disseram que os financiamentos serão feitos através do Eximbank do Japão. E que “cada caso será um caso”.

A segunda parte do plano foi recebida com reservas: Acontece que a securitização da dívida (ou seja, o aval a ser emprestado aos títulos emitidos pelos devedores) será feita com parte das reservas do próprio país interessado — que seriam depositadas numa conta especial no FMI. Satoshi Sumita explicou esse mecanismo: depois que o FMI aprovar o programa de ajustes de um país, seu governo negociará com os banqueiros privados a securitização de parte do débito atual, e sobre o reescalonamento do resto da dívida. Em ambos os casos, a certeza de que o débito será pago será dada por uma conta formada com reserva especial em nome do país devedor, formada por recursos próprios (em moeda forte). Esse fundo será mantido no FMI.

Essa disposição surpreendeu a platéia, especialmente a ala formada pelos eventuais beneficiários do plano japonês — já chamado de Plano Miyazawa, por ter sido criado pelo ministro de Finanças do Japão, Kiichi Miyazawa. Argentinos, colômbianos, mexicanos e brasileiros comentaram — de imediato — que parte da proposta não era das mais atraentes, ainda que todos preferissem deixar para divulgar uma posição formal a respeito, depois de uma avaliação mais profunda.

Surpresa

Entre os países ricos, a surpresa foi quanto a uma mudança de tática do Japão. Acontece que até ontem se dizia que o aval aos bônus dos devedores seria dada com base numa reserva especial administrada pelo FMI, mas formada com recursos dos países credores — e não dos devedores, como se informou

ontem. A explicação seria dada pelos próprios japoneses, mas apenas de maneira informal: eles mudaram o “Plano Miyazawa para não ferir susceptibilidades americanas.

Os Estados Unidos se opuseram à idéia inicial, alegando que os governos credores não poderiam assumir um risco que na verdade é dos banqueiros privados. O principal argumento era de que seria muito difícil convencer o Congresso Nacional a aceitar essa situação: o povo americano não aceitaria bancar o risco dos banqueiros com dinheiro público — disse à Agência Globo um assessor do Ministério de Finanças do Japão. Esse foi o motivo, segundo ele, pelo qual Satoshi Sumita acrescentou ao final da proposta uma frase dizendo que a idéia da securitização “não implica qualquer transferência de risco dos bancos comerciais para as instituições financeiras multilaterais ou aos governos dos países credores”.

Antes dessa iniciativa, os japoneses já haviam criado dois sistemas para financiar os países com problemas de dívida externa. Há pouco mais de um ano foi lançado o “Okabi Bajasibe” com uma verba de US\$ 30 bilhões para ser utilizada, em três anos, em cofinanciamentos de obras. Além disso já havia o chamado ODA — ou, Assistência Oficial ao Desenvolvimento: sua verba, de US\$ 25 bilhões para serem investidos durante cinco anos, foi ampliada — em junho passado — para US\$ 50 bilhões, cobrindo o período de 1988 a 1992. Esse dinheiro é repassado aos países através de instituições como o FMI e o Banco Mundial.



Sessão de abertura da reunião do FMI e Banco Mundial contou com delegações de 158 países